

**POTÊNCIA DOS AFETOS E CORPOS POLÍTICOS, UM ESTUDO DE CASO:
A RESISTÊNCIA E A REEXISTÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO OU O
HABITAR COMO *ETHOS*.**

Carlos Pereira Júnior – Historiador - ITERJ

“Tais estudos, que definem os corpos, os animais ou os homens, pelos afetos que são capazes, fundaram o que chamamos hoje de etologia. Isso vale para nós, para os homens, não menos do que para os animais, visto que ninguém sabe antecipadamente os afetos de que é capaz; é uma longa história de experimentação, uma demorada prudência, uma sabedoria espinosista que implica a construção de um plano de imanência ou de consistência. A Ética de Espinosa não tem nada a ver com uma moral, ele a concebe como uma etologia, isto é, como uma composição das velocidades e das lentidões, dos poderes de afetar e ser afetado nesse plano de imanência. Eis por que Espinosa lança verdadeiros gritos: não sabeis do que sois capazes, no bom como no mau, não sabeis antecipadamente o que pode um corpo ou uma alma, num encontro, num agenciamento, numa combinação”.

Gilles Deleuze in *Espinosa: Filosofia Prática*.ⁱ

*“... essa é a tarefa de uma ciência dos afetos: a lucidez na relação para as motivações pelas quais os homens são determinados a acreditar em certas coisas, e a participar de certas práticas em uma situação concreta. Essa lucidez não só é obtida pela filosofia como também pela política, por uma **transição** comum que põe em ação mediante uma práxis coletiva- ‘consultando, escutando e discutindo’ (consulendo, audicendo et disputando), segundo a expressão do TP {Tratado Político}, IX §14”.*

Diego Tatián in *Spinoza e a Questão da Democracia*.ⁱⁱ

1- ESPINOSA E A CIÊNCIA DOS AFETOS

A filosofia de Baruch Espinosa é uma referência incontornável para quem pretende refletir sobre a importância dos afetos na definição do campo social. Afinal, nela, antecipando em alguns séculos a psicanálise, o desejo (*cupiditas*) é apresentado como a própria essência do homem. Indo ainda mais longe, na contramão do Cartesianismo hegemônico em sua época, Espinosa inaugura um horizonte filosófico que toma o corpo como modelo, que traça os contornos de uma ciência ou uma Ética dos afetos. Sua filosofia baseia-se no monismo e no método sintético. Mas, embora filha diletta do século XVII, o racionalismo que a funda permanece à margem do mecanicismo então dominante, embora seja de alguma maneira refém de um determinismo radical. Apesar disso, diferente, por exemplo, de Descartes, Espinosa não aposta no triunfo da razão sobre as paixões em nome de qualquer forma de intelectualismo ou estabelece um dualismo entre mente e corpo, onde o primeiro ocupe posição privilegiada sobre o segundo. Pelo contrário, para Espinosa, o conhecimento é

justamente o mais potente dos afetos. O desejo racional nos faz querer aquilo que nos é realmente útil e buscar a afirmação de nossa potência de existir através de afetos ativos. Em seus próprios termos, as paixões alegres aumentam nossa potência de agir e pensar.

Para Espinosa (2010), a mente (pensamento) e o corpo (extensão) não são substâncias, não possuem realidade em si. São expressão finita e manifestação (modos) de uma substância infinita e imanente que é “Deus” ou a própria natureza. Assim, enquanto atributos ou efeitos particulares desta substância única, a mente (pensamento) é uma ideia do corpo (extensão), na medida em que tudo que a mente conhece ou concebe, ela o faz através de um corpo que afeta e é afetado. Entre mente e corpo existe um paralelismo através do qual a paixão e o pensar dão forma ao desejo e conduzem a ação. Desta maneira, um afeto envolve ao mesmo tempo uma afecção do corpo e a ideia dessa afecção como pensamento.

Enquanto atributo da Natureza (Substância), o próprio corpo humano é uma composição de corpos, de encontros. A natureza, através de seus atributos (manifestações ou modos) é definida pela interdependência entre corpos. Como Espinosa afirma na Proposição XII, escólio, L. II de sua **Ética demonstrada à maneira dos Geômetras**, “*A Natureza inteira é um só indivíduo cujas partes, isto é, todos os corpos, variam de infinitas maneiras, sem qualquer mudança do indivíduo na sua totalidade*”.ⁱⁱⁱ

Tentando de forma muito rasa sintetizar a “filosofia prática” que nos oferece Espinosa, pelo menos nos termos que consideramos úteis para o presente artigo, cabe dizer que, segundo sua Ética, somos movidos por afetos e afecções; afetos e afecções que através do encontro dos corpos, de suas composições e decomposições, nos mobilizam e potencializam (alegria) ou nos desmobilizam e despotencializam (tristeza), aumentando ou diminuindo, assim, nossa potencia de agir.^{iv}

Todo ser humano, grupo ou sociedade tende a preservar a si mesmo, a perseverar na continuidade de sua existência através de afetos alegres, tal como estabelecido pela natureza, ou pelo *conatus*.^v

Espinosa contrapõe-se ao horizonte político e filosófico inaugurado também, no século XVII, por Hobbes,^{vi} e pela tradição jusnaturalista que toma um afeto específico, ou seja, o medo, o desamparo, como marco da constituição de um pacto, de invenção de um corpo macro político, unitário e soberano, que se define como gestor de insegurança social.

Em Espinosa encontramos a convicção de que a emancipação e a coragem, o apresentar-se diante dos desafios da vida com um grande sim, derivam da capacidade individual e coletiva de assumir o desamparo como uma abertura ao vínculo social, a experiência do desejo e da ampliação da potência.

Tal formulação nos parece útil para melhor compreender e significar algumas experiências dos movimentos sociais de luta por moradia na cidade do Rio de Janeiro. O processo de resistência da comunidade de Vila Autódromo, por exemplo, a ameaça de despejo patrocinada pelo Município no contexto olímpico, se confunde com a construção de uma ética do cuidado que desenha uma nova geografia afetiva e maneiras específicas de produzir o “habitar a cidade”. À margem do poder soberano do Estado, de suas tecnologias biopolíticas de controle da população e da vida, deu-se em Vila Autódromo o esboço de qualquer novidade que procuramos resumir aqui de um ponto de vista francamente espinosista.

Faz sentido dizer que, diante da experiência do medo e do desamparo, é sempre preciso aumentar a potência de agir, afetar-se de alegria, organizar encontros. Parafraseando Deleuze (1998), vivemos em um mundo desagradável, onde não apenas pessoas, mas também os poderes estabelecidos, muitas vezes nos comunicam afetos tristes que diminuem nossa potência. Uma ética que se inspire no cultivo dos afetos, como aquela proposta por Espinosa, é antes de tudo um sentir direcionado à persistência, à alegria, que nasce do encontro e da criação coletiva que potencializa nosso existir. Pois é justamente uma cultura da persistência e do encontro que alguns corpos políticos, constituídos através da busca organizada por moradia nas últimas décadas na cidade do Rio de Janeiro, parecem potencialmente afirmar na maioria dos casos. Diante de tal experiência, é pertinente lembrar a questão colocada por Espinosa na terceira parte de sua *Ética*: Afinal, o que pode um corpo?^{vii}

2- OS AFETOS NA BUSCA POR MORADIA: O CASO EXEMPLAR DE VILA AUTÓDROMO

O afeto mais presente entre aqueles que participam de uma ocupação é o medo/desamparo (afecção de tristeza). Mais especificamente, o medo de ser despejado, removido. Este é o grande espectro que ronda qualquer assentamento que não tenha se consolidado ou conquistado sua regularização fundiária. Teme-se antes de tudo o

retorno a uma condição social de precariedade contra a qual a estratégia coletiva de ocupação de um imóvel ocioso tinha sido um antídoto eficaz.

O segundo afeto é a empatia/esperança (afecção de alegria), personificada pelos vínculos de solidariedade e companheirismo que alimentam a ação de cada um através da potência do “nós”, mas que também se expressa através de um sentimento de identidade e simbiose com o território ocupado e convertido em plano de imanência, de produção e reprodução da própria existência ou de subjetividade.

A sobrevivência de qualquer comunidade, em boa medida, depende da qualidade do vínculo social que une seus membros e do seu poder de positivamente afetar para além das fronteiras de seu território, afirmando-se na paisagem viva e múltipla que define a paisagem urbana. A resistência de Vila Autódromo é um exemplo emblemático disso.

A partir da eleição da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas, a insegurança, já presente entre os moradores de Vila Autódromo desde o início dos anos 90 do último século, ganhou cores fortes a partir de 2010 com o projeto do Parque Olímpico elaborado pela Prefeitura. Diante desta nova ameaça, a comunidade, com a colaboração do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPC), que faz parte do Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e da Universidade Federal Fluminense (UFF), elaborou um Plano Popular de alternativa de planejamento urbano que foi encaminhado ao Município em 2013 e serviu de base para negociações que visavam sua permanência. A Prefeitura, entretanto, insistiu no reassentamento das famílias em um conjunto habitacional (Parque Carioca) localizado a um quilômetro de distância do território, originalmente definido pela comunidade, iniciando, assim, as demolições das residências em 2014 com vistas à construção do futuro Parque Olímpico. Ao final do processo, apenas 20 das aproximadamente 550 famílias permaneceram no local e lá se mantêm até os dias de hoje. Isso só foi possível através de um intenso processo de mobilização, luta e resistência que ressignificou a própria comunidade, convertendo-a em um caso exemplar do potencial da sociedade civil para contrapor-se às contemporâneas tecnologias de biopoder e controle social.

Penso em iniciativas concretas como a do Museu das Remoções, um museu a céu aberto que registra a história e a memória afetiva dos espaços que existiam na comunidade antes das remoções. O projeto fora elaborado em parceria com museólogos e estudantes do curso de arquitetura da Faculdade de Anhanguera de Niterói. É composto por esculturas construídas através de oficinas realizadas pelos próprios

estudantes e moradores, utilizando como matéria prima os entulhos das benfeitorias que havia no local, além do registro audiovisual e pictórico.

Como observa Tereza Williamson (2017) em artigo publicado no livro Rio 2016: *Olympic Myths, Hard Realities* (Rio 2016: Mitos Olímpicos, Duras Realidades), organizado pelo economista Andrew Zimbalist, a estratégia de resistência da comunidade Vila Autódromo foi baseada em sete ações chaves:

- 1-certa união da comunidade no comprometimento em ficar onde estava,
- 2-acesso a informação,
- 3-defesa jurídica,
- 4-liderança diversa e resoluto,
- 5-amplas redes de apoio que variam desde comunidades homólogas a parceiros técnicos,
- 6-respostas criativas como o Plano Popular e o Museu das Remoções,
- 7-documentação e visibilidade contínua ^{viii}

Além da defesa jurídica através do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública, foram, portanto, adotadas iniciativas que promoviam e dependiam não apenas da mobilização da comunidade, como também apontavam para construção de uma verdadeira rede de apoio social que buscava não apenas inserir a luta de Vila Autódromo no contexto mais amplo de resistência de outras comunidades, mas também, através de parcerias com outros corpos da sociedade civil, buscava realizar uma releitura dos significados e usos do espaço urbano que extrapolava o disciplinamento territorial imposto naquele contexto pelo poder público municipal atrelado a interesses de empreiteiras e construtoras. Neste sentido, a cidade espetáculo e virtual dos grandes eventos esportivos, bem como sua racionalidade mercantil, viu-se contraposta à vitalidade da cidade real definida pelas demandas e necessidades concretas de seus habitantes ou uma categoria social específica composta pelos moradores de imóveis ocupados.

Cabe também observar que, como sugerido por Clarissa Pires de Almeida Naback (2015, p.146), não podemos entender plenamente o problema das remoções urbanas através do binário legalidade/ilegalidade. Estamos na verdade diante de dispositivos ou tecnologias de governança na qual a prática de remoção não se inscreve exclusivamente como efeito de um dispositivo legal, mas como uma estratégia biopolítica de normalização e controle social.

Em suas próprias palavras,

Para entender, então, como as remoções ainda são praticadas é preciso ter em mente que outros mecanismos atuam sobre o espaço urbano. O reconhecimento legal de direitos não impede que outros processos de normalização ocorram. Defende-se nesse trabalho que, mais do que um lugar ‘ilegal’, a favela é tratada como um lugar ‘anormal’. E essa anormalização construída por inúmeros dispositivos (urbanismo, meio ambiente, segurança pública ou direito) está relacionada à produção do habitar, isto é, aos modos de vida que envolvem a construção de um espaço por determinadas pessoas.^{ix}

O estigma desta “anormalidade”, que extrapola o espectro jurídico da “ilegalidade”, define a forma como o poder municipal, em muitos momentos, lidou com a comunidade de Vila Autódromo e seu território.

Ainda em 1993, em ação Civil Pública ajuizada pela Subprefeitura de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, o pedido de remoção da comunidade foi justificado pelo suposto “dano urbano, estético, visual e ambiental” que ela causava. Já no Plano Estratégico Municipal de Governo 2009-2012, uma das metas apresentadas era a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas, entre as quais Vila Autódromo. Desta vez, a “anormalidade” era caracterizada de forma genérica pelo fato pressuposto (sic.) de que assentamentos humanos, tais como Vila Autódromo, ocupavam áreas de risco, de proteção ambiental ou destinadas a logradouros públicos.

Às estratégias de normalização biopolítica do Município, a comunidade respondeu com uma intensa e surpreendente mobilização. Através de uma ampla rede de interlocutores e grande visibilidade na mídia, Vila Autódromo afirmou-se gradativamente como referência de um modo de habitar a cidade que extrapola a funcionalidade da moradia, agregando outros usos, valores, significados, experiências e processos a sua luta, esforço que culmina, contra todas as tendências, na permanência de vinte famílias no local. Afinal, o que fez com que estas vinte famílias permanecessem, à revelia de todos os assédios do poder público pela sua saída? É o que esperamos responder no final deste artigo, mesmo que de modo provisório e parcial. Por hora, parece-nos pertinente melhor precisar a abordagem qualitativa da questão aqui proposta.

3-APONTAMENTOS PARA UMA CARTOGRAFIA AFETIVA DA RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA MORADIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A cartografia é uma prática de pesquisa que se confunde com o devir humano e eco-social, com os processos coletivos de produção de subjetividade e de territorialidade.

Trata-se, portanto, de um método qualitativo onde o ato de pesquisar substitui a pragmática de metas e objetivos previamente definidos e organizados por uma perspectiva analítica quantitativa e finalística.

O método cartográfico foi formulado por Gilles Deleuze e Felix Guattari, no final dos anos 60 do último século no contexto esquizoanalítico. Estes autores acreditavam que as metodologias de pesquisa quantitativa, então disponíveis, não davam conta do objeto de suas investigações, ou seja, a produção coletiva da subjetividade. Para eles não se tratava de investigar objetos, mas “processualidades”. Coisa incompatível com a lógica cartesiana ou positivista baseada na mera coleta de dados e processamento de informações voltadas para construção de uma representação analítica abstrata e condicionada à lógica binária do sujeito/objeto, a quadros estratificados de representação do real que, não raramente, destinam-se ao subsídio de estratégias de controle biopolítico.

A cartografia é sempre intervenção em um território de vivências múltiplas onde o pesquisador, o pesquisado e a pesquisa, são nivelados a um mesmo plano de experiência. Neste não há dicotomia entre saber e agir. Enquanto método, a cartografia é essencialmente uma prática, algo a ser experimentado no próprio movimento da pesquisa. É um afetar e ser afetado que se potencializa, que cria e multiplica.

Podemos neste contexto falar de uma atenção movente, onde, em lugar da produção de conhecimento de uma realidade pré-existente através de um sujeito e objeto cognoscente, a criação/apreensão da realidade dar-se a partir de seu reconhecimento como processo irreduzível a sua própria análise. O pesquisador cartógrafo confunde-se com seu objeto de pesquisa, ele se mistura com todos os atores e interlocutores que coparticipam do acontecer da investigação.

Segundo Luciano Bedin da Costa, o grande instrumento da razão de um cartógrafo é o corpo,

O fato de o cartógrafo ser um caminhante e um manipulador nos faz pensar na força de irrupção do corpo na pesquisa, no corpo físico do pesquisador e no corpo que cria com as coisas que encontra. Dizer que uma cartografia é uma prática corporal nos parece algo interessante. Trata-se de uma autoria do corpo, de traçados do corpo no encontro com o mundo, de trajetos corpo/autorais.^x

A cartografia é, portanto, antes de um método de pesquisa, um encontro entre o corpo e o mundo na produção social de subjetividades e de sentidos. Por isso tal tipo de pesquisa tem por objeto os fluxos que definem as configurações territoriais materiais e imateriais da existência. Parafraseando Suely Rolnik, a cartografia é a inteligibilidade

da paisagem em seus acidentes, em suas nuances e mutações.^{xi} Ela pressupõe a experimentação de um “objeto-processo” na criação de documentos, de registros físicos, linguísticos, que traduzem o próprio percurso da pesquisa, seus encontros, ressonâncias e potenciais. Neste sentido é possível pensar a pesquisa/intervenção cartográfica como um rizoma com suas múltiplas possibilidades de entrada, passagens e saídas.

Trabalhar com histórias de vida através de relatos orais é, de muitas maneiras, ousar esboçar cartografias existenciais, compartilhar e re-significar experiências através de um exercício de escuta e de escrita. É um pouco, portanto, o que buscaremos fazer aqui nos ocupando com os afetos que transbordam nas falas que estruturam o mosaico de depoimentos/entrevistas que compõem o acervo audiovisual do Projeto Memórias.

O caráter quase confessional das entrevistas nos permite, no cruzamento do efeito de fatos e sentidos que estruturam enunciados, traçar os contornos sempre incertos de um território existencial que se confunde com a própria construção social da subjetividade e da memória pessoal e coletiva através da experiência de singularidades.

Desta forma, como observado por Felix Guattari,

De uma maneira geral, deve-se admitir que cada indivíduo, cada grupo social, veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e pulsões.^{xii}

É na experiência concreta e compartilhada da multiplicidade do mundo, de seus fluxos, de seus jogos de força, definidos pela ação de micropoderes diversos que, recusando as estratégias vigentes de assujeitamentos e normalização, modelamos e produzimos subjetividades novas através de composições e encontros que nos inventam um modo outro de habitar o mundo ou, mais especificamente, no caso aqui abordado, de pertencer à cidade. Afinal, só é possível desarmar dispositivos sociais de exclusão promovendo inclusão, criando novas formas de vida e estabelecendo relações de amizade e convivência na experiência imediata do cotidiano. Esta é uma das principais lições que podemos tirar, entre outras, da experiência dos movimentos de resistência por moradia na cidade do Rio de Janeiro, personificada pela realização coletiva e trajetória de diversas ocupações, entre as quais Vila Autódromo.

Antes de tudo, compor narrativas sobre esta resistência, é um encontro entre pesquisador e pesquisado, uma composição afetiva entre seres humanos, balizada pelo exercício da alteridade.

4-OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA POR MORADIA NO RIO DE JANEIRO: DAS OCUPAÇÕES NAS ÁREAS CENTRAIS ÀS REMOÇÕES OLÍMPICAS

Desde os anos 90 do século XX, refletindo um debate global sobre a revitalização dos centros urbanos, os movimentos de moradia adotaram como estratégia de luta a ocupação dos vazios urbanos nos grandes centros metropolitanos, desafiando as racionalidades hegemônicas e excludentes de normatização do espaço, ditadas pela racionalidade econômica e pela especulação imobiliária. Tal estratégia, que já definia a atuação dos movimentos sociais na cidade de São Paulo desde 1997, passou a ser adotada na cidade do Rio de Janeiro apenas em 2004, com a ocupação denominada Chiquinha Gonzaga, simbolicamente ocorrida no dia de aniversário de 11 anos da chacina da candelária. Seguiu-se a ela a ocupação Zumbi dos Palmares (2005), Moradia Digna (2007) Quilombo das Guerreiras (2006), Flor do Asfalto (2006), Carlos Mariguela (2007), Alípio de Freitas (2007), Jose Oiticica (2007) e Machado de Assis (2008), apenas para citar as mais conhecidas. Tal política, que buscava deliberadamente, uma interlocução com o Estado, já que as ocupações deste período priorizavam imóveis públicos, começou a perder força com a proximidade da Copa do Mundo e das Olimpíadas. A partir de 2010 e 2011, com a realização de obras como a do BRT Transoeste, por exemplo, o Município inaugurou um período de trevas para a luta pela moradia, patrocinando a remoção de muitas ocupações, principalmente nos bairros do Recreio, Jacarepaguá, Barra da Tijuca e no Centro da cidade. Neste último caso, em função das obras do Porto Maravilha.

Como já sugerimos aqui, a mais emblemática de todas as remoções, devido à forte resistência apresentada pela comunidade, ou ainda, devido à dramática batalha judicial travada entre a Defensoria Pública, através do seu Núcleo de Terras e Habitação, e a Municipalidade, além da ampla repercussão e comoção internacional, foi a remoção parcial da comunidade Vila Autódromo.

É na resistência de Vila Autódromo que nos deparamos com a potência dos afetos nos movimentos sociais de resistência por moradia de modo mais intenso e emblemático. Coroada pela permanência de vinte famílias, ela nos faz refletir sobre os significados e experiência mais visceral que inspira essa luta, sua nervura. Vila Autódromo nos confronta com a intensidade dos afetos que circulam através dela, aspecto insuficientemente considerado nas análises mais convencionais sobre os

movimentos por moradia, onde, na assimilação da linguagem das tecnologias de governança, tudo é reduzido a dados, estatísticas, rótulos e diagnósticos abstratos.

5-MARIA DA PENHA: O HABITAR COMO TERRITORIZAÇÃO

Maria da Penha Macena (mais conhecida como Dona Penha) tornou-se um símbolo vivo da resistência da comunidade Vila Autódromo depois que uma fotografia, onde figura com o rosto coberto de sangue após ter sido agredida por um guarda municipal, ganhou destaque na mídia internacional. O fato teria ocorrido durante uma tentativa de demolição de algumas residências na comunidade, realizada em 03 de junho de 2016, pela Prefeitura.^{xiii}



Nascida em Itabaiana, na Paraíba, com apenas seis anos de idade Dona Penha migrou com a família para o Rio de Janeiro. Encontrou na Rocinha seu primeiro lar carioca. Apenas com 26 anos de idade mudou-se para Vila Autódromo, esperando proporcionar aos filhos a experiência de uma casa com quintal pra brincar.

As duas entrevistas por ela concedidas ao Projeto Memórias são mais do que depoimentos de arquivo. Constituem a confissão de uma experiência de vida que faz circular afetos entre quem relata e quem escuta, estabelecendo um campo de significações, valores e desejos compartilhados.

Na memória impressa na carne abstrata das palavras, as fronteiras entre o pessoal e o social de seu efeito são demasiadamente imprecisas, proporcionando um verdadeiro exercício de alteridade, de produção de subjetividade, onde a matéria prima de uma trajetória biográfica confunde-se com os acontecimentos que configuram uma época, uma cidade ou um país, bem como modos de vida e imagens de pensamento, que remetem a vivências transpessoais, que se convertem em ferramentas para compreensão da realidade concretamente vivida.

No presente caso, a experiência de Vila Autódromo frequenta nossa memória social recente, no mínimo como um registro midiático bastante familiar, por conta de

sua significativa visibilidade durante o período das olimpíadas no Rio de Janeiro. Na condição privilegiada de protagonista direta daquele período histórico, Dona Penha nos oferece uma perspectiva mais ampla sobre a experiência daquele emblemático momento da vida da cidade do Rio de Janeiro. Seu depoimento, quando aborda as dificuldades e impasses sofridos na “cidade olímpica”, nos confronta com as interdições e permissões que disciplinam os usos e apropriações do espaço urbano, que definem a moradia legalizada como “norma” e criam o “anormal” da posse, marginalizando as ocupações e desumanizando, em alguma medida, aqueles que buscam tal alternativa de moradia. Nos surpreendemos diante da dualidade das representações midiáticas da cidade e a realidade concreta de seus habitantes.

Em Vila Autódromo, Dona Penha encontrou muito mais do que uma casa com quintal para os filhos. Aprendeu um modo diferente de morar onde o habitar extrapola o utilitário da residência, proporcionando uma inserção no território urbano que passa pelo cultivo de laços comunitários e por uma espacialização estratégica de suas vivências mediante os usos e afetos que lhe definem como moradora de uma cidade. Falo da invenção de um *ethos*, da conversão do lugar onde se mora e vive em um plano de imanência sobre o qual se dá a construção da própria existência em sua significação mais plena como exercício de corporeidade. De que modo mais preciso poderíamos definir a experiência de um território?

Para Dona Penha, Vila Autódromo é a soma de vidas que compartilharam ou ainda compartilham experiências, dificuldades, conquistas e afecções, através de relações de vizinhança que fundam o território da comunidade como uma composição dinâmica de corpos. Vila Autódromo é um corpo social e político que se estabeleceu através das mobilizações e resistências frente à ação judicial e administrativa da Prefeitura, tão empenhada ao longo de décadas na remoção da comunidade. Comunidade que, de forma inequívoca, empenhou-se em preservar a si mesma, perseverando, afetando e sendo afetada, ampliando sua potência a cada embate com o poder público municipal.

Dona Penha, portanto, em seus depoimentos, não fala apenas de si, mas também dos outros que com ela compartilham a experiência de vida e de resistência em Vila Autódromo. Ela não se coloca como uma voz solitária, mas como sujeito e testemunha coletiva da experiência de um conjunto de famílias confrontadas por uma racionalidade urbana hegemônica e institucionalizada através de dispositivos de controle do território e da própria vida (biopoder). Dona Penha lamenta que diante das

tecnologias de controle e administração aplicadas pelo Município, muitas famílias em algum momento foram agenciadas, não suportaram as agressivas investidas simbólicas e concretas, o que produziu alguns embates internos dentro da comunidade, separando os que saíram dos que ficaram, mesmo que isso tenha ocorrido sem prejuízo dos vínculos afetivos até hoje mantidos entre os dois grupos.

Na fala de Dona Penha, existe um dualismo muito significativo entre o passado e o presente de Vila Autódromo. Depois de tudo que aconteceu, a comunidade que era não é, obviamente, a mesma que persiste. Encolhida, ela se reinventa sobre suas próprias ruínas, replicada como um museu a céu aberto, quase uma heterotopia. Hoje há uma outra Vila Autódromo. Mas é nesta Vila Autódromo contemporânea, que Dona Penha projeta, ainda, uma comunidade por vir, um futuro a ser conquistado.



O conteúdo da faixa exibida nesta foto, que celebra as obras de urbanização realizadas pela Municipalidade em Vila Autódromo em 2016, após a remoção da maior parte da comunidade, expressa a persistência de seu remanescente através de uma expressão original: “reexistência”. Para as vinte famílias que persistiram tratava-se mesmo de reexistir no território, de inventar um modo novo de habitar, de ser e viver.

Embora apenas vinte famílias tenham permanecido no local, ela considera a luta da comunidade de algum modo vitoriosa. Afinal, mesmo aqueles moradores que em algum momento cederam às propostas da Prefeitura, conseguiram indenizações mais justas. Em muitos casos, o Termo de Concessão de Uso outorgado pelo Estado do Rio de Janeiro nos anos 90 contribui em grande parte para isso. Além disso, as famílias remanescentes, após tanto sofrimento, finalmente viram acontecer as tão esperadas intervenções urbanísticas na comunidade, abrindo a possibilidade de uma maior qualidade de vida e integração à paisagem local.

Poderíamos ainda acrescentar que a luta contra a remoção fez surgir entre os moradores uma nova cultura, uma ética do cuidado nas relações cotidianas que fortaleceu e reinventou os laços comunitários, potencializando a comunidade como um corpo político.^{xiv} Tal organicidade permitiu aos moradores de Vila Autódromo construir parcerias, envolver outros atores em sua luta, significando e ressignificando seu território como parte da cidade. Dito de outra forma, tais parcerias foram buscadas, seduzidas, pela determinação da própria comunidade em preservar sua existência (*conattus*) na medida em que se reinventava no processo.

Ressalta-se que a construção de uma memória social, por iniciativa dos próprios moradores, foi uma das estratégias mais fecundas deste intenso ente coletivo no qual Vila Autódromo se converteu. A comunidade produziu, através do museu das remoções, sua própria cartografia. Incorporou, assim, ao cotidiano inventar de si mesma, um fazer onde experiência e a memória se entrelaçam com a crítica do presente na constituição de um corpo político simultaneamente material e imaterial. Neste sentido, o museu das remoções é uma das materializações mais concretas da experiência de Vila Autódromo enquanto ente coletivo.

As vinte famílias que permaneceram na comunidade o fizeram antes de tudo por perseverança, por um profundo envolvimento afetivo com aquele território construído ao longo de décadas de ocupação. O testemunho de Dona Penha é a referência que nos é aqui mais próxima. O modo intenso como ela menciona a comunidade no exercício de falar de si, demonstra o quanto Vila Autódromo representa para ela um microcosmos existencial, como quase uma heterotopia (lugar outro)^{xv}. Não é nenhum exagero dizer que sua insistência em permanecer no local expressa seu comprometimento com a preservação de um espaço que lhe é vital, que se apresenta como um plano de imanência. Em outras palavras, não é apenas a posse de um terreno ou de uma casa que é colocada em jogo, mas uma parte significativa de sua vida, de seu próprio ser. O amor surge nestes termos como questão política através do ato de habitar a cidade. É impossível desvincular os moradores e o território de Vila Autódromo na composição de uma forma de vida, da constituição de uma espécie de ecossistema circunscrito a uma forma de existência peculiar que confere a um ponto geográfico uma latitude na paisagem urbana, convertendo-a em singularidade.

6- NOVOS CORPOS URBANOS E *MULTITUDO*

Neste ponto é interessante retornar a Espinosa: tomemos aqui como definição de *multitudo* (multidão) a abundância de coisas ou pessoas. Neste sentido, uma *multitudo* é uma multiplicidade de indivíduos que agem em conjunto por um objetivo comum. Tal conceito é essencial para a compreensão da filosofia política apresentada por Espinosa no seu breve e inacabado Tratado Político.

Para Espinosa (2010), a potência comum é mais poderosa do que o *conatus* individual. Pois nada é mais útil a um homem do que outro homem. É esse desejo do útil e do comum que está na base da criação de qualquer sociedade ou associativismo. Neste sentido, diferente de Hobbes, Espinosa acreditava que a sociedade nasce do desejo e do consenso; não do medo e da coerção. Para ele, a *multitudo* (conjunto de cidadãos) é o “sujeito político” que personifica a passagem do individualismo egoísta à comunhão entre os membros de um corpo político tanto do direito natural quanto do direito civil. Lembrando que, para Espinosa, corpo, por sua vez, é uma composição entre partes. Cada corpo é composto por relações entre e com outros corpos. Um corpo é também em si mesmo uma multidão de corpos. Isso se aplica tanto ao ser humano quanto à natureza, considerados neste contexto como diferentes modos de uma única substância. Esta reflexão que nos vem da Europa do século XVII, é ainda atualíssima no século XXI, pois remete ao protagonismo do “homem comum”.

É, por exemplo, a partir da constituição do comum e da *multitudo* que entendemos um assentamento humano como um corpo político. O comum é o que, como contrapartida da soberania estatal, estabelece o protagonismo da *multitudo* enquanto unidade sempre aberta e voltada para uma ação concreta na esfera pública. Não é de outra maneira que ocorrem os agenciamentos que conduzem a uma ocupação e à cooperação que funda e consolida um assentamento humano, por exemplo. É também a partir do comum que um assentamento se converte em um corpo político inscrito na extensão e multiplicidade que é uma cidade. Podemos concluir disso que o que torna um assentamento humano algo um pouco diferente de um bairro formal é o envolvimento e cooperação de seus moradores no ato de sua fundação e constituição. Isso cria um sentimento de pertencimento ao lugar em que se mora e as pessoas que compartilham este espaço.

Experiências comunitárias como a do Museu das Remoções (2016) e do Museu da Maré (2006), ambos geridos pelas próprias comunidades nas quais se inscrevem,

contribuem, através da construção de uma memória e identidade social, para fortalecer este vínculo e cultivar o comum como campo de produção de subjetividade. A experiência do comum perpassa a fala de Dona Penha no dizer da *multitudo*, ou seja, a qualifica como protagonista de um destino coletivo e de um dizer minoritário (produzido por uma minoria no dizer maior da linguagem).

Por tudo que foi dito aqui, Vila Autódromo e sua experiência de resistência, encarna de modo exemplar a potência dos afetos. Seu traço mais saliente é a construção de uma ética do cuidado de si e dos outros que aponta para a vida como experiência de encontros e composições, como produção de significações. Trata-se de uma experiência sempre inacabada, condicionada ao se fazer e refazer daqueles que compositamente protagonizam tal experiência no múltiplo e no singular, na duração e no por vir.

Resumidamente, a comunidade de Vila Autódromo reexiste na potência dos corpos e das afecções dos moradores remanescentes como potência e parte de um território existencial através do qual se inserem na cidade fazendo do espaço urbano uma experiência modificadora de nós mesmo.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Luciano Bedin da, (UFRGS/RS). **Cartografia**: uma outra forma de pesquisar Revista Digital do LAV - Santa Maria - vol. 7, n.2, p. 66-77 - mai./ago.2014 disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/revislav/article/view/15111>

DELEUZE, Gilles; PARNET, C. **Diálogos**. SP: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: Filosofia Prática. SP: Escuta, 2002

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: Ditos e Escritos III – **Estética**: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: Um Novo Paradigma Estético. SP: Ed. 34, 1992 (Coleção TRANS).

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. **A Ética do Cuidado e a Luta Contra a Remoção**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4578912/mod_resource/content/1/COMP_MONTEIRO%20MEDEIROS%20-%202017%20-%20Insurgencia%20feminina.pdf

MOYSES, Jaime; ZEITUNE, Lincoln de Lima Faria; MUSSI, Guilherme; MARTINS, Joas Lessa. **A Vila Autódromo: Seu histórico de lutas e remoções.** Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/24224253.pdf>

NABACK, Clarissa Pires de Almeida. **Remoções Biopolíticas: O Habitar e a resistência de Vila Autódromo,** 2015. (tese de mestrado). Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26491/26491.PDF>

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SPINOSA, Benedictus de. **Ética** (tradução e notas de Tomaz Tadeu) 3º Ed. BH: Autêntica Editora, 2010.

i Gilles Deleuze. Espinosa: Filosofia Prática. SP: Escuta, 2002, p. 130.

ii Diego Tatián. Spinoza e a questão da Democracia in Antonio Negri. Biopolítica: Entre Spinoza e a constituição política do presente. SP: Iluminuras, 2015, p.141.

iii Conferir Benedictus de Spinoza. Ética (tradução e notas de Tomaz Tadeu) 3º Ed. BH: Autêntica Editora, 2010, p. 95.

iv Tomando como referência sua ciência dos afetos, podemos dizer que a grande oposição existente no pensamento de Espinosa não é entre razão e paixão, mas entre passividade e ação. Só modificamos nosso modo de pensar e agir na medida em que há uma experiência afetiva em jogo. Agimos quando os efeitos que se produzem dentro e fora de nós têm uma causa interna. Somos passivos quando, ao contrário, a causa dos efeitos que se produzem em nós é exterior. O afeto (*affectus*) exprime a transição de um estado a outro tanto no corpo afetado, como no corpo afetante. As afecções (*affectio*) são modificações que ocorrem no corpo e na mente. Elas podem ser ativas (alegres), quando aumentam nossa potência de agir, ou passivas (tristes), quando diminuem nossa potência de agir. Aumentar nossa potência de agir significa aqui expandir nosso território de ação no mundo, conquistar uma integração e independência maior em relação ao ambiente. Um corpo pode ser definido por uma latitude (afetos) e uma longitude (relações de movimento em repouso que o caracterizam em um ambiente). De que melhor maneira poderíamos definir os movimentos sociais por moradia?

v O termo latino *conatus* pode ser traduzido como tendência, impulso ou, simplesmente, esforço, remetendo a uma disposição inata para perseverar em si mesmo, para continuar a existir. Definimos *conatus*, portanto, como desejo de viver. Nas palavras de Espinosa, “*cada coisa, à medida que existe em si, esforça-se para preservar-se em seu ser.*” Tomando como referência seu Tratado Político, obra que permaneceu inacabada devido ao falecimento do autor, na política, *conatus* se chama direito natural sendo a potência da multidão um *conatus* coletivo.

vi O Leviatã em Hobbes, como corpo político formado por todos os corpos dos indivíduos, é uma metáfora para autoridade do Estado sobre o corpo individual dos súditos. Mas é em outro sentido que aqui pensamos os corpos políticos, considerando, além dos limites do poder soberano, os encontros e composições que dão forma à vida social em sua multiplicidade.

vii Na Ética de Espinosa os corpos distinguem-se entre si pelo movimento e pelo repouso, pela velocidade e pela lentidão, e não pela substância. Mas é através das linhas de interseção dos movimentos e dos afetos, através dos encontros, das composições, que os corpos se definem em um dado plano de imanência.

viii Conferir publicação na página Rio On watch, parte seis (conclusão) da matéria “Nem todos tem um preço”: Vila Autódromo no contexto das remoções olímpicas no Rio: <http://riononwatch.org.br/?p=30770>

ix NABACK, Clarissa Pires de Almeida. Remoções Biopolíticas: O Habitar e a resistência de Vila Autódromo. (tese de mestrado), p. 146. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26491/26491.PDF>

x COSTA, Luciano Bedin da (UFRGS/RS). Cartografia: uma outra forma de pesquisar. Revista Digital do LAV - Santa Maria - vol. 7, n.2, p. 66-77 Revista Digital do LAV - Santa Maria - vol. 7, n.2, p. 66-77.

xi Conferir ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

xii Felix Guattari. CAOSMOSE. Um novo Paradigma Estético. São Paulo: Ed. 34, 1992, p.22.

xiii O episódio é descrito pelo jornalista Mario Magalhães em publicação do seu blog datada do dia 07 de março de 2017 e reproduzida no site do Instituto Humanitas Unisinos sob o título Além das Flores Amarelas: A História de Vila Autódromo (<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565542-alem-das-flores-amarelas-historias-da-vila-autodromo>):

“Na tarde de 3 de junho de 2015, **Maria da Penha** formava de braços dados com vizinhos um cordão para barrar a demolição de uma casa. Reivindicavam uma semana para os moradores se mudarem. O **Grupamento de Operações Especiais da Guarda Municipal** lá estava para cumprir a ordem judicial de imissão de posse obtida pela prefeitura. Contrário à remoção, o padre católico **Fábio Guimarães**, pároco da capela de São José Operário, da **Vila Autódromo**, sugeriu: “Dá só a mão, não o braço”. O padre mostrou aos guardas: “Ninguém está em postura de hostilidade”.

Pouco depois os guardas lançaram spray de pimenta, sacaram pistolas de choque, dispararam balas de borracha e golpearam com cassetetes. Do alto de seu 1,51 metro de altura e 41 quilos de peso, **Penha** segurou o septuagenário conhecido como seu **Brasil**, com receio de que ele caísse e fosse pisoteado. Não reparou um cassetete se aproximando do seu rosto, entre o nariz e o olho esquerdo. “Mãe!, mãe!”, Nathalia gritou.

O sangue jorrou, os olhos de **Penha** marejaram, e ela se sentiu um marginal. Seu nariz fora quebrado, um hematoma inchou sob o olho ferido, e a camisa branca ensanguentada ficou mais escura do que o muro de tijolos aparentes em que ela se encostou. Seu **Brasil** levou uma cacetada na frente direita, e mais sangue correu. Outra decisão da Justiça, pedida pela **Defensoria Pública**, suspendeu a desocupação”.

xiv Sobre este tema, uma referência interessante é o artigo Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra as remoções. MONTEIRO, Poliana, MEDEIROS, Mariana, NASCIUTTI, Luiza. A Ética do Cuidado e a Luta Contra a Remoção. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4578912/mod_resource/content/1/COMP_MONTEIRO%20%20MEDEIROS%20-%202017%20-%20Insurgencia%20feminina.pdf

Onde a intervenção feminina no processo de resistência de Vila Autódromo é assim caracterizada:

“...quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais do que a casa (um teto e quatro paredes). É toda a forma de sobrevivência das famílias, adaptada ao território que ocupam. Daí o protagonismo de tantas mulheres. Assim, muitas são as táticas usadas por essas mulheres na luta. Na Vila Autódromo, Dona Jane, que faz parte da associação de moradores, está sempre com uma câmera na mão e disposta a visibilizar a luta de sua comunidade e as arbitrariedades dos agentes da prefeitura. A professora Inalva guarda e defende a história e os documentos de sua construção comunitária por uma cidade de direitos. Dona Penha, com grande engajamento na igreja católica, dá força a seus vizinhos para que não desistam de tudo o que já conquistaram”.

“A mobilização em torno da campanha #urbanizajá, que convida as pessoas a gravarem vídeos cobrando da Prefeitura do Rio a urbanização da Vila e desafiando outros três colegas a fazerem o mesmo. A campanha teve aderência maciça e contou com a participação de pessoas públicas de destaque, o que contribuiu para a visibilidade da causa da luta da comunidade da Vila Autódromo”.

A ênfase aqui é claramente na defesa de um modo de vida. As mulheres exercem certo protagonismo na produção de subjetividades, pois, seu papel social na sociedade, parece dotá-las de uma sensibilidade para

expressão existencial e afetiva da vida em comum. Isso parece decisivo na organização de comunidades como Vila Autódromo.

xv Sobre o conceito de heterotopia ver FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: Ditos e Escritos III – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária (2001). A ideia de heterotopia é deliberadamente vaga e propositalmente provocativa. Ela parte da constatação da imaterialidade das representações sociais do espaço como estratégia de formatação de sua materialidade. Recusa o espaço como um constructo mental, as representações utópicas ou ideais, tão comum entre os urbanistas e agentes públicos, que aspiram a uma racionalização morfológica e harmônica do espaço urbano a partir de convenções normativas. Nas palavras de Foucault:

Há, [...] e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contra-posicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias”.